



Anais da Assembléia

N.º 017

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 3 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 13.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 1984
(QUINTA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Fuad Nacli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:
Mensagem:

MENSAGEM N.º 88/84

Curitiba, 03 de abril de 1984

Senhor Presidente.

Com referência a afastamento do País do Vice-Governador do Estado, Doutor João Ferraz de Campos, de 1.^o deste mês a 10 de

maio próximo, já autorizado por essa Augusta Casa de Leis (Of.n.º 2556/84/CEA/SC), volto à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar providências no sentido de que tal autorização, no mesmo período e, também, sem quaisquer despesas para a administração pública, abranja, além da Alemanha, visita a outros países da Europa, para tratar de assuntos de interesses do Estado, junto a setores empresariais.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumpre-me comunicar a Vossa Excelência para os devidos fins a indicação dos Senhores Deputados abaixo relacionados para ocuparem as Vices-Lideranças do PDS nesta Casa:

EZEQUIAS LOSSO
GILBERTO CARVALHO
AUGUSTO CARNEIRO
NELSON BUFFARA
JORGE MAIA FILHO
ANTÔNIO BELINATI e
ODENI MONGRUEL.

Valho-me do ensejo para reafirmar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/04/84

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.
Líder do PDS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 129/83.

Sala das Sessões, em 03/04/84
(a) ROBERTO REQUIÃO.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer votos de congratulações ao Jornal GAZETA DO CENTRO OESTE, pela passagem no seu 2.^o aniversário ocorrido no úl-

de Campo Mourão.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso, de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o Plenário, para que seja consignada na Ata da sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Jornal "GAZETA DO CENTRO OESTE", ocorrido no último dia 28, na Municipalidade de CAMPO MOURÃO, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor AROLDI TISSOT, Digníssimo DIRETOR-REDATOR-CHEFE.

Em 1982, surgia em CAMPO MOURÃO, a "GAZETA DO CENTRO OESTE", um órgão de imprensa que tinha como objetivos principais a realização de um jornalismo que divulgasse antes de tudo, os fatos que se relacionassem direta ou indiretamente com a realidade sócio econômica e cultural daquela rica e imensa região.

Iniciaram suas atividades com as dificuldades naturais como todo começo (não apenas verificado em empreendimentos jornalísticos) mas em conseqüência das agruras financeiras por que passa a Nação, cujos reflexos são sentidos por todos. Principalmente num momento que a contenção de gastos e a exigência a tudo que se faz vem-se tornando, há muito, como prática principal.

Tais situações, no entanto, foram encaradas por aquele jornal, através de seus integrantes, como um desafio a ser encarado de frente, numa caminhada de diversas barreiras, todas porém, com a real intenção de transpô-las.

Hoje, decorridos dois anos, é indiscutível que a "GAZETA DO CENTRO OESTE", ocupa uma inegável posição de destaque, não apenas em CAMPO MOURÃO, mas também nos municípios circunvizinhos. Graças à dedicação de seus idealizadores foi possível constatar a cada edição, a existência de um jornalismo sério, coerente e acima de tudo, voltado somente para a verdade dos acontecimentos, onde não limitou-se apenas ao relato dos fatos, mas analisar suas origens assim como os possíveis desdobramentos.

Por isso, quando um jornal como a "GAZETA DO CENTRO OESTE" compelta mais um ano de sua fundação, é preciso que se reflita sobre o papel da imprensa, como instrumento dos anseios e ações da sociedade, onde está inserida, sendo um importante registro do processo evolutivo de nossa história, em todos os seus momentos.

Sala das Sessões, em 03/04/84

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da ACARPA - Associação de Crédito Rural do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a realização de estudos quanto à possibilidade de proceder-se a criação e instalação de um escritório da ACARPA, na municipalidade de QUINTA DO SOL.

Com a efetiva existência de um escritório da ACARPA em QUINTA DO SOL, estará sendo assegurada, sem dúvida alguma, um atendimento voltado para a realidade agrícola e pecuária, base de sustentação econômica daquela região.

Ademais, tal reivindicação, além de ser reivindicação dos proprietários rurais em especial, permitirá uma melhor política de interiorização, proposta esta, baseada na necessidade urgente de contribuir para a elevação da consciência daquele setor, no que se refere ao aumento da produção com menos custos.

Em razão da exposição de tais motivos, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Agricultura, o encaminhamento prático do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 03/04/84

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a realização do asfaltamento da Avenida JOÃO TEOTÔNIO (numa via), existente na Municipalidade de MOREIRA SALES.

Tendo em vista as obras existentes de asfaltamento entre o Município de MOREIRA SALES ao Município de TUNEIRAS D'OESTE, encontra-se no local equipamentos que poderiam ser utilizados também na pavimentação de uma via da Avenida JOÃO TEOTÔNIO no primeiro município citado.

Tal pedido visa atender a solicitação do Excelentíssimo Senhor Doutor ALDENÍZIO SANTOS MAIA, Digníssimo Prefeito Municipal de MOREIRA SALLES, o qual afirma que a estrutura financeira daquela administração a nível municipal, não permite o custeio próprio daquela obra, sendo, portanto, imprescindível a destinação de recursos, assim como apoio técnico.

Neste sentido, aquela Prefeitura Municipal, aguarda um posicionamento por parte dessa secretaria de Estado dos Transportes que possa viabilizar o asfaltamento daquela avenida, trazendo maior segurança aos veículos automotores, haja visto tratar-se

de um acesso à PR-479.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja formada uma Comissão composta de cinco Parlamentares com o objetivo de acompanhar em Brasília, o desenrolar do processo contra o jornalista Juvêncio Mazzarollo, único preso político existente no País, incurso na famigerada Lei de Segurança Nacional.

Na realidade, as condições a que se está levando o caso de Juvêncio Mazzarollo, é de profunda indignação, a nossa contrariedade perante a serenidade com que o arbítrio, através das múltiplas formas de incoerência prossegue, tentando delegar ao ostracismo tanta gente idealista.

A prisão de Juvêncio Mazzarollo, nas masmorras da ditadura militar, representa uma afronta à imprensa livre e democrática neste País; ela simboliza as condições precárias com que o regime militar trata a imprensa no exercício regular do seu dever. Na realidade, fato como este merece a nossa profunda repulsa. E aproveitamos o ensejo, para solicitar aos Deputados desta Casa, que está na hora de articular um "Basta" a uma vítima da famigerada Lei de Segurança Nacional, que está punido de uma forma espúria e absurda, um jovem idealista, como muito bem afirmou Teotônio Vilela, para punir um moço como Juvêncio Mazzarollo, não por haver roubado galinhas, mas por haver denunciado quem as roubou.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhe providências urgentes para a criação de quinta e oitava séries na Escola "Sebastião Pinto", na localidade de Nova Riqueza, Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Escola em questão conta com 92 alunos pré-matriculados e a criação de quinta a oitava séries é uma reivindicação da comunidade que merece ser atendida.

Devido à dificuldade de acesso às es-

colas do município que possuem de quinta a oitava séries, os alunos desta localidade ficam impossibilitados de continuarem seus estudos, o que contraria o princípio de nosso Governo de criar oportunidades para os estudantes do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, solicitando-lhe que determine providências junto à Companhia de Financiamento da Produção - C.F.P. do Paraná, no sentido de que sejam prorrogados os vencimentos das parcelas dos EGFs de feijão preto, safra 83/84, por mais 60 (sessenta) dias, dando-se ciência deste requerimento ao Senhor Agente Regional da CFP.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O requerimento supra está alicerçado em reivindicação dos produtores paranaenses, transmitida através da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda., tendo em vista a exigüidade dos prazos estipulados para os vencimentos dos EGFs. Outrossim, no momento, o mercado não está a oferecer condições razoáveis para uma justa compensação ao produtor, o que poderá ocorrer futuramente, possibilitando ao produtor receber uma complementação de preço acima do mínimo, incentivando-o para o plantio da próxima safra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial, composta por três membros, com a finalidade de estudar e apresentar soluções para o problema cancro cítrico em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Apoiamento:

Odeni Mongruel, Péricles Pacheco, Tuguio Setogutte, Ezequias Losso, Augusto Carneiro e Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Por diversas vezes ocupei esta tribuna alertando para a necessidade de medidas eficazes para equacionar o problema do "CANCRO CÍTRICO", que tantos prejuízos acarreta à economia estadual, com grave repercussão social. Não é mais possível protelações e tibiezas no enfrentamento deste grande mal. Há vinte anos, aproxima-

damente, se propõem e se intentam medidas, mas o fato é que resultados positivos e concretos quase não existem.

Constatada a existência do câncer cítrico em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, no ano de 1957, somente em 1962 decidiu o Ministério da Agricultura empreender o seu combate no Paraná. Dez anos depois, a responsabilidade da execução da campanha era transferida para a Secretaria da Agricultura, quando o Estado já tinha vasta área de seu território, abrangendo cento e oitenta e um municípios, interdita para o plantio, transporte e comercialização dos frutos cítricos.

Em 1974, tendo em vista as proporções assumidas, o Presidente da República instituiu a Campanha Nacional de Erradicação do Câncer Cítrico - CANECG, visando uma mobilização geral de combate à doença.

Em 1975, eu denunciava as falhas da campanha dos trabalhos que estavam sendo realizados, particularmente à falta de inspeção e reinspeção às rebrotas.

Novamente, em 1979, verificando a persistência da ineficácia da campanha, propus a revogação da Portaria, número 08, do Ministério da Agricultura e a liberação para o plantio e formação de pomares e canteiros de variedades cítricas em todo o Estado. Propunha, também, que a Secretaria da Agricultura ativasse e estimulasse por todos os meios a realização de projetos, estudos e pesquisas com vistas a encontrar fórmulas e meios capazes de promover o efetivo controle e combate ao agente causador do câncer cítrico.

Ainda em novembro de 1979, este Parlamentar encaminhava ao Governador do Estado, apelo subscrito por quase a totalidade dos estão integrantes deste Poder, no sentido de ser suspensa a erradicação e a adoção de medidas correlatadas de combate ao câncer cítrico no Estado, até que se obtivesse forma realmente capaz e eficiente de eliminação da doença.

Esses, Senhores Deputados, são os capítulos de uma longa novela que não se finda nunca. São duas décadas de tentativas, tímidas tentativas, na verdade, sem que qualquer solução tenha se apresentado.

Nova tentativa foi feita em 1980, quando, em abril daquele ano, a Secretaria Nacional de Defesa Vegetal, baixava a Resolução número 01, alterando dispositivos de interdição e de erradicação. Pela nova Portaria, no caso de constatação de planta contaminada, a erradicação somente ocorreria em plantas localizadas num raio de 200 a 1000 m, tanto para os pomares ditos comerciais, como para os considerados domésticos (fundo de quintal), obrigando, ainda, os proprietários dos pomares atingidos a executarem as atividades de eliminação de rebrotas e de proteção dos respectivos

pomares contra a recontaminação.

Um registro que elucida o desalento dos resultados obtidos é, sem dúvida, o fato de persistir a interdição pela Portaria número 08, de 1972, abrangendo cento e oitenta e um municípios atingidos pela doença, representando uma área de mais de dez milhões de hectares, ou seja, mais da metade do território estadual, ocorrendo, apenas em 1981 e 1982 a liberação de somente doze daqueles municípios, todos da região norte pioneira (Jacarezinho), totalizando uma área de 427.000 ha, significando menos de 5% do total da área inicialmente interdita.

A lentidão dos trabalhos, provocada principalmente pela falta de uma política objetiva e realística por parte do Governo Estadual, resultou na parcimônia do êxito da campanha, comprometendo sobremaneira o desenvolvimento de uma atividade que poderia se constituir numa opção extremamente favorável em termos de absorção de mão-de-obra e de geração de rendas. Hoje, quando a citricultura assume importância fundamental, não é mais possível que o Paraná permaneça de braços cruzados, impedido de aproveitar extensas áreas para o cultivo de novos pomares cítricos.

Acredito que esta Assembléia Legislativa, ao criar uma comissão especial para estudo e análise de assunto de tamanha importância, ao seu término, poderá indicar os caminhos para se encontrar a solução mais indicada. Se é ou não possível conviver com a doença; se é ou não necessária a erradicação de todos os pomares interditados; se existe ou não interesses impedindo que o Paraná possa desenvolver essa atividade em escala compatível com suas terras e clima.

Entendo que é o nosso Estado, através dos seus homens mais responsáveis, que deve tomar uma decisão, desatrelada de quaisquer interesses externos. É necessário excluir a abordagem das implicações político-eleitoral, se se pretende realmente fortalecer a citricultura, equacionar de vez este problema que se arrasta por tanto tempo.

Ao conclamar os ilustres Deputados para emprestarem seu apoio à formação da Comissão Especial ora proposta, reafirmo ser esta uma oportunidade para a Assembléia Legislativa oferecer a sua contribuição, demonstrando que aqui estão, em primeiro lugar, os interesses do Estado e de sua população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desem-

bargador Luiz Renato Pedroso, Digníssimo Corregedor Geral da Justiça, manifestando os cumprimentos da sociedade paranaense, representada por esta Casa, por ter baixado dois provimentos regulamentando o processo de adoção: o primeiro, que recomenda não devem ser lavradas escrituras públicas de adoção de menores por estrangeiros, sem ouvida do juiz competente; o segundo, que estabelece ordem de prioridade, reservando a brasileiros residentes no País, a primeira colocação dentre os interessados em adoção, ficando, após, os brasileiros residentes no exterior, depois os estrangeiros residentes no Brasil e, por último, os estrangeiros residentes fora do nosso País.

A oportuna medida do ilustre Desembargador vem melhor equacionar os desentendimentos ocorridos em processos de adoção, conforme divulgou recentemente o prestigioso jornal "Gazeta do Povo" e Rede Globo de Televisão.

Sala das Sessões, em 03/04/84.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O art. 3.º, da Resolução n.º 37/81, de 16 de setembro de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º - As sessões solenes para entrega de Títulos Honoríficos e de Benemerência, concedidos por esta Casa, somente poderão ser marcadas para sessões especiais, a se realizarem às sextas-feiras, e após a aprovação do Plenário, através de proposição, apresentada por Deputado ou pela Comissão Executiva."

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/04/84.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

O período de trabalho deste Poder Legislativo tem sido constantemente interrompido durante a semana, com Sessões Solenes para a entrega de títulos de cidadania honorária e de benemerência, concedidos por esta Casa, a ilustres personalidades de nosso Estado.

Estabelecendo, esta Casa, uma norma nos moldes a que estamos propondo, se estará conciliando para que essas sessões tenham a sua solenidade resguardada, sem que hajam prejuízos aos trabalhos ordinários deste Poder Legislativo; ademais, também os recessos parlamentares podem ser usados para tais fins.

Esta conciliação, por certo, trará inúmeros benefícios aos trabalhos legisla-

tivos, que assim não sofrerão durante a semana, interrupções na sequência da apreciação de matérias de interesse público, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do povo paranaense.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 52/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE", com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Presidente Faria, 51, 1.º andar, conj. 103.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/04/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

A "FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE", entidade filantrópica, fundada em 20 de junho de 1981, tem prestado relevantes serviços à comunidade paranaense, principalmente no campo da assistência social, ensino e a pesquisa médica. Dentre muitas finalidades, a Fundação Aristides de Athayde, pretende criar, instalar e manter um Departamento de Assistência Médica, de caráter social, Departamento de Pesquisas e Investigações Médicas, Departamento de Prevenção, recuperação e reabilitação de Cegos e Amblíopes, Banco de Olhos e muitos outros.

Pelos motivos acima expostos, credencia-se tal entidade a requerer sua declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N.º 53/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica revogado o art. 2.º, da Lei n.º 7809, de 29 de dezembro de 1983.

Sala das Sessões, em 03/04/84.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7809, publicada no Diário Oficial do Estado, de 29/12/83, estabeleceu em seu artigo 2.º:

"Sobre todos os atos sujeitos à contribuição para a Carteira de Previdência Complementar (CPC), será cobrada uma taxa adicional, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor das respectivas custas, cuja arrecadação será destinada ao Fundo Penitenciário, criado pela Lei n.º 4955, de 13 de novembro de 1964, definindo-se forma de recolhimento através de ato do Chefe do Poder Executivo".

A imposição dessa taxa sobre as custas judiciais passou a constituir uma sobrecarga insuportável para a população que

necessita de acesso aos serviços judiciais, visto que esse adicional incide sobre valores já majorados a partir do início deste ano.

A decisão de se criar esse adicional vem provocando justos protestos em todas as comarcas do Estado, tendo também o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná, à unanimidade, se pronunciado contrariamente a sua criação. Esta Assembléia não pode ficar omissa diante do clamor popular contra uma taxa que veio acrescentar novas dificuldades à população paranaense num momento em que enfrenta uma conjuntura econômica e financeira altamente recessiva, tornando-a incapaz de suportar novos encargos ao recorrer aos serviços judiciais, que devem ter acessibilidade a todas as camadas da população, independentemente da sua capacidade financeira.

APOIAMENTO: Antônio Belinati, Odeni Mongruel, Péricles Pacheco, Tuguio Setogutte, Basílio Zanusso, Erondy Silvério, Werner Wanderer e Fuad Nacli.

PROJETO DE LEI N.º 54/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, a Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional, com sede na cidade de São Paulo.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/04/84.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

APOIAMENTO: Erondy Silvério, Nelson Buffara, Antônio Belinati, Péricles Pacheco e Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

As razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, encontram-se inseridas na documentação em anexo.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta tarde, queremos fazer o registro da realização do grande comício realizado ontem, na cidade de Londrina, em que mais de cinquenta mil pessoas manifestaram publicamente a sua consciência e a sua vontade. E esse registro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tem duas consequências: esse fato, melhor dizendo, primeiro a de realçar o papel que a imprensa

do Paraná, de uma forma geral e, em especial, a "Folha de Londrina", vem cumprindo nessa etapa histórica do momento político brasileiro.

A edição de hoje da "Folha de Londrina" é exemplo dessa situação, ou seja, da sensibilidade que a imprensa vem refletindo diante desses acontecimentos. As nossas congratulações à imprensa, e nós gostaríamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, também de, nesta oportunidade, como resultante do fato, fazermos algumas considerações em torno da gravidade com que a situação política vem se desenrolando. Não é brincadeira a presença maciça da população paranaense nessas manifestações, e nós, sem querermos fazer com isso nenhuma outra conotação, apelamos para que os companheiros Deputados da Bancada do PDS, aqui na Assembléia, analisem as consequências com que a votação do dia vinte e cinco de abril, da Emenda Dante de Oliveira, caso seja rejeitada, poderá trazer na participação política dos companheiros da Bancada do PDS nesta Casa.

Não tem sido um, nem dois, nem poucos os comentários, as considerações que populares nessas manifestações, nas suas preparações e nas pós-manifestações, vêm fazendo no sentido de que aguardam a participação dos seus representantes, Deputados, na votação do dia vinte e cinco, e não se restringem na visão política que tem das hierarquias, não se restringem a uma vigilância nas atitudes que os nossos companheiros Deputados Federais assumirão no dia vinte e cinco.

O povo está fazendo a ligação entre Deputados Federais e Deputados Estaduais. E é neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nos preocupa o pós vinte e cinco de abril. Temos certeza que, embora o convite tenha sido feito aos companheiros da Bancada do PDS, a sua ausência nestes comícios, em especial em Curitiba e neste de Londrina, ontem realizado, traz a apreensão para que nós, companheiros Deputados estaduais do PMDB, com a própria integridade física e política dos nossos companheiros no pós dia 25. A crise econômica e a gravidade do quadro social, já coloca, e hoje, a imprensa registra, o risco de que os partidos políticos sejam superados na condução do processo de organização e de manifestação.

De nossa parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era este o motivo de nossa intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhor Presidente, Senhor Deputado Ervin Bonkoski, companheiros Parlamentares.

Nestes trágicos anos de autoritarismo o problema de segurança pública foi tratado em todo o País de modo extremamente antidemocrático. As forças de segurança se comportavam como tropas de ocupação, tentando defender o Estado contra a Nação. A Federação foi atingida a fundo com a criação da Polícia Federal, a Polícia Rodoviária subordinada ao Ministério dos Transportes, a subordinação das Polícias Militares a ordenamentos especiais e, finalmente, a tentativa de se implantar um sistema nacional de segurança pública, o que foi rejeitado em 1983, pela maioria dos Secretários de Segurança Pública dos Estados brasileiros.

O PMDB ousou, durante a campanha eleitoral, propor um programa democrático de segurança e hoje o Secretário Luiz Felipe Mussi dá conseqüência a estas propostas. Condições para o aperfeiçoamento desta polícia democrática, repousam num princípio da autonomia dos Estados, em matéria de segurança e na criação de uma polícia estadual única, hierarquizada e com segmentos fardados. Devemos caminhar para isto.

No entanto, e por ora, a Secretaria de Segurança joga pesado na garantia dos direitos individuais, na valorização do pessoal, na desburocratização e na participação da comunidade. No sentido de garantir os direitos humanos, a Secretaria tomou medidas como a extinção da Delegacia de Ordem Política e Social, a extinção da figura funesta dos agentes colaboradores e informantes, a regulamentação dos pedidos de silêncio em registros policiais, a fixação dos locais públicos para reuniões políticas de comum acordo com as lideranças civis, a introdução da cadeira de Direitos Humanos nos cursos de reciclagem da Polícia Civil. Soma-se a isto a emenda constitucional de iniciativa desta Assembleia, garantindo a qualquer cidadão o acesso a informações que existam a seu respeito em todos os órgãos públicos.

Com estas medidas percorremos significativo caminho no sentido da democratização da segurança. E hoje, Senhores Deputados, em todo o Paraná, se instalam os Conselhos Comunitários de Segurança. Assembleias montadas a partir de organizações civis, onde policiais militares e civis se reúnem uma vez por mês para discutir assuntos relativos à segurança da comunidade.

Medidas simples são tomadas, com a presença de políticos e membros da Secretaria de Segurança, a polícia é fiscalizada pela comunidade, pelo partido no Poder, pelos políticos interessados na segurança pública; as informações são trocadas e es-

te caminho de mão dupla, viabiliza uma proposta definitiva de democratização da segurança pública.

O Conselho Comunitário de Segurança soma para um objeto comum: a segurança do cidadão e a valorização do policial; é de se destacar que com a atuação do Secretário Luiz Felipe Mussi, decididamente como estava não fica mais.

Muito obrigado. (~~Se~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não gostaríamos que os episódios tivessem os desdobramentos que havemos de imprimir, entretanto, não poderemos permanecer em silêncio quando o Deputado Nilso Sguarezi fez de público na defesa do Governo, agredir o Prefeito de Maringá, Said Ferreira. (Lê):

"REJEITAMOS pública e formalmente as declarações do Deputado Nilso Sguarezi, segundo as quais o prefeito maringaense Said Ferreira "está sendo truculento, por não admitir negociações." Truculenta, sim, é a manifestação unilateral do líder da Bancada do PMDB a respeito de um assunto, cujas partes são o Município de Maringá e o Governo do Estado, sem antes ouvir a opinião dos parlamentares que representam Maringá na Assembleia Legislativa e a da bancada peemedebista em seu todo. Ao invés de reservar-se para a conciliação em esfera superior, prefere o líder da Bancada investir contra o prefeito maringaense, na condição de advogado de acusação contra a já consolidada opinião pública de todo o povo de Maringá. Truculenta, sim, pode ter sido a forma como o líder da Bancada foi reconduzido à liderança para este ano de 1984.

Saibam, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Prefeito Said Ferreira, quando assumiu em campanha política o compromisso de devolver ao povo de Maringá o sistema de água criado e mantido às suas custas e, reconhecidamente, o melhor serviço de abastecimento do Estado, não o fez sem antes haver realizado a consulta e obtido a anuência de apoio futuro do então candidato a Governador do Estado, Senador José Richa. E é por isso que repudiamos quaisquer insinuações de que o ato de Said Ferreira foi perpetrado sem prévio conhecimento a longo, médio e curto prazo pelo Governo do Estado do Paraná.

Comprometeu-se a SANEPAR em construir a segunda adutora, e de 1.980 até hoje, a segunda adutora para o abastecimento de

água à população existe apenas nos papéis trocados pela Estatal com a Municipalidade.

Anuncia a SANEPAR que o sistema apresentou um déficit - e por que é que se agarra tão firmemente na exigência de continuar a ser a titular de um patrimônio deficitário? Seria apenas o amor por Maringá? Tivesse bom entendimento, Senhores Deputados, a SANEPAR haveria de levar a público, não apenas os anúncios dos bilhões de investimentos, que Maringá aceita em assumir, mas também, as cifras astronômicas, arrecadadas do povo maringaense, que hoje paga caro pela água, convertido que foi à condição de subvencionar investimentos feitos pela SANEPAR em outras localidades. Maringá paga caro demais pelo uso de um patrimônio que lhe foi arrebatado em nome de uma concessão espúria, que jamais consultou o preço dos esforços e abnegação asfixiada de uma geração inteira que construiu o melhor serviço paranaense de abastecimento de água ... e que estranhamente se viu frustrada em seus anseios mais legítimos.

Contra a aspiração popular, a SANEPAR usou nosso sistema de água por anos a fio. Que os recursos por ela aplicados em Maringá, que embora a Prefeitura esteja disposta a assumir a dívida, deveriam ser sim, reconhecidos no máximo, como taxa de locação de um bem invadido, ao sabor de negociações de cúpula e contra os interesses da sociedade maringaense.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Engodados pelos arautos da fracassada democracia participativa do PMDB, os professores acabam de tornar público que desejam maior participação nas discussões de assuntos inerentes ao exercício da função, inclusive com a possibilidade de apresentar sugestões, porque não estão sendo ouvidos pelo Governo e pela Secretaria da Educação.

Reclamam também os nossos mestres, a regulamentação, através dos critérios de remoção; necessidade da realização de concurso para professores da primeira a quarta séries, ainda este ano, e para professores da quinta a oitava séries; do segundo grau, no menor prazo possível; pagamento de professores pela maior habilitação, ou pelo menos a aplicação de sistema progressivo, em 1984; enquadramento dos professores que ainda estão no Quadro Único do Poder Executivo, obedecendo para efeito

de avanços diagonais todo o tempo de serviço prestado ao Estado na qualidade de professor; equiparação dos professores aposentados ao pessoal da ativa; participação das categorias envolvidas nos debates sobre o calendário escolar de 1985 e distribuição de aulas extraordinárias.

Não são apenas essas as importantes questões e problemas do professorado paranaense que estão sendo descurados pelo regime do PMDB. O richismo mostra ser insensível a todos relevantes assuntos do magistério estadual, como é insensível ao trabalho, pois larga tudo e se manda ao "showmício" de Londrina, como fez ontem. Os Secretários de Estado deixaram suas repartições acéfalas; e até a COPEL deixou de atender necessidades da população de Londrina para iluminar o cenário do "showmício".

Enquanto isso, o professorado fica reclamando solução para importantes temas como estabilidade dos professores detentores de um padrão e que ministram aulas extraordinárias, na proporção em que isto ocorre; reestudo da resolução que trata do quadro de pessoal técnico-administrativo das escolas; **permanência dos professores aprovados no último concurso, no local onde já possuem um padrão, ministrando aulas extraordinárias até que a situação seja regulamentada pela lei de remoções**; e envio, pelo Estado, do repasse do IPE, resultante da parte correspondente à contrapartida do empregador nas contribuições previdenciárias, de modo a angariar maiores recursos às atividades de assistência médica, e hospitalar, bem como extensão da entidade a maior número de municípios paranaenses.

Como se constata, Senhor Presidente e nobres Deputados, são questões importantíssimas que estão sendo gritantemente reclamadas, com toda justiça, pelo professorado estadual e que não têm merecido a presteza que se faz necessária por parte do regime do PMDB.

Ao declarar minha integral solidariedade à luta dos membros do magistério paranaense, desejo manifestar a decepção do povo do nosso Estado diante de tão grave omissão do regime do PMDB. Regime perverso e cruel que só deixará aos professores em particular, e ao povo paranaense lembranças amargas e imagens tristes".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prazeirosamente, ocupamos esta tribu-

na, para em nome dos meus companheiros de Bancada do Partido Democrático Social, registrar nesta Casa, que no dia 30 de março próximo passado, foi instituída a Associação Brasileira dos Deputados Estaduais Pedessistas.

Nesta mesma ocasião, por escolha daqueles que a integram, ascendeu a condição de Presidente da referida entidade o eminente líder de nossa bancada, Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

Devo dizer que a Associação Brasileira de Deputados Pedessistas, representam um estágio evoluído de iniciativas tomadas a nível regional nesse País, inclusive invoco a própria criação da Associação de Deputados do Extremo Sul, que congrega parlamentares de nosso Partido, dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Essa entidade, tem como objetivo, dentre tantos constituir-se permanentemente num Fórum de Debates de assuntos estaduais e nacionais de grande relevância; tem como propósito o fortalecimento do partido em todas as suas formas de organização e de expressão; tem também como objetivo empenhar-se em benefício do desenvolvimento dos Estados federados; pretende ser um defensor das prerrogativas do Poder Legislativo; pretende também defender a autonomia do Poder Legislativo, evitando que o mesmo seja um Poder menor ou subalterno a um Poder Executivo, cada vez mais forte e cada vez mais centralizador.

Propõe a Associação Brasileira de Deputados Estaduais Pedessistas a defesa intransigente do princípio federalista.

De outra parte Sr. Presidente e Srs. Deputados, se nós formos deixar de lado as questões menores, mais imediatas e questões partidárias, a ascensão do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, indiscutivelmente, valoriza esta Casa e destaca sobretudo, a força do Poder Legislativo paranaense.

Gostaria de acrescentar que nesta ascensão, indiscutivelmente, se caracteriza o Líder Luiz Alberto de Oliveira, como uma liderança jovem, nacional e emergente.

E chamo a atenção, porque num momento como esse, em que apenas o Executivo favorece a formação de lideranças pré-concebidas e fabricadas, o líder do PDS nesta Casa é produto do Poder Legislativo. Nasceu no exercício de suas funções políticas nesta Casa; nunca foi Secretário de Estado e jamais ocupou direção de empresa pública.

E as realizações que tomou no exercício da sua função nesta Casa, com repercussão fora deste recinto, eu destacaria acima de tudo a criação da Associação dos Deputados do Extremo Sul do País e a promoção aqui em Curitiba, do primeiro encontro Nacional de Lideranças Pedessistas de

Oposição, levado a efeito em novembro de 1983.

Tenho absoluta convicção que descaracterizado o vínculo partidário, Deputados de ambas as bancadas saberão compreender o significado e a importância desta ascensão do Deputado Luiz Alberto de Oliveira cujos reflexos, por certo, não se esgotarão apenas em benesses ao nosso partido que buscam um novo tempo, que buscam um novo caminho, mas repercutirá, com certeza, em favor desta Casa de Leis.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) -

Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de abordar o assunto que me traz à tribuna, eu gostaria de também registrar a minha solidariedade, o meu aplauso ao líder da minha bancada, Deputado Luiz Alberto, que foi eleito Presidente da Associação dos Deputados do PDS de Oposição desta Nação numa memorável reunião no Rio de Janeiro.

Comprovando assim e valorizando assim a bancada do meu partido deste Estado, e conseqüentemente dando encaminhamento e comprovando mais uma vez a grande necessidade de criarmos lideranças novas para que esta Nação, através de lideranças que venham se emergindo possam se tornar a grande Nação de atuação política, administrativa para o bem de todos nós.

A razão que ocupo a tribuna Sr. Presidente e Srs. Deputados, é porque hoje como membro efetivo da Comissão de Agricultura desta Casa, eu tive a grata satisfação de acompanhar pela primeira vez quando este Poder se torna verdadeiramente a caixa de ressonância do povo, pois na reunião que hoje de manhã tivemos para discutir o problema da produção e abastecimento de leite do Estado do Paraná, os políticos ali compareceram para ouvir as classes, para ouvir o povo, os produtores, os consumidores e todos aqueles que militam no campo leiteiro do Estado do Paraná.

E digo que foi satisfação, porque ali discutiu-se com muita seriedade o problema - desde a produção até o consumo do leite, em nosso Estado.

Tivemos ciência e informações, de quem conhece do assunto, de todas as dificuldades que existem neste campo; e sabendo-se que o leite é um produto indispensável para sobrevivência de nosso povo, há necessidade de que nesta caixa de ressonância da sociedade brasileira, possamos tomar conhecimento dos problemas que existem, e,

em conjunto com os técnicos, os produtores e aqueles que conhecem do assunto, possamos solucionar os problemas que por ventura existam.

Na reunião de hoje, tivemos depoimentos valiosos que enriqueceram, em muito, a Comissão de Agricultura, desta Casa.

Discutimos todos os problemas atinentes à produção, à distribuição e ao consumo do leite neste Estado, e chegamos a uma conclusão de que havia, como há, necessidade de se formar uma comissão; uma comissão extrapartidária de que possa, analisando com todos aqueles que participam deste campo, apresentar ao Governo - seja estadual ou federal - sugestões possíveis de serem atendidas para o bem do nosso povo.

E enquanto analisamos, aqui, de que as sugestões devem partir dos técnicos, e que os problemas devem ser apresentados por aqueles que verdadeiramente os conhecem e sofrem, mas as soluções desses problemas devem partir do campo político. E é por isso que tomo a liberdade de, desta tribuna, sugerir principalmente aos membros da Comissão de Agricultura desta Casa - ao seu Presidente e a todos os membros - que, enquanto se estudam detalhes para uma solução mais permanente a respeito do assunto, há necessidade de que formulemos, de pronto, em três itens as consultas primeiras.

O primeiro item é um ofício; da Comissão, endereçado ao Secretário de Finanças de que ele estude viabilidade de isenção de impostos de produtos primários que fornecem os produtores de leite.

Em segundo plano apresentar sugestão ao Governo Federal para que ele também possa lhe dar isenção de IGF, ao leite neste Estado. (~~Seu~~ **revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, inscrito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Liderança não se compra; não se ganha em eleições; conquista-se com trabalho.

Quando nos propusemos a disputar uma cadeira na Assembléia Legislativa do Paraná, optamos pela mudança. Uma satisfação teria que ser dada à população do Paraná tão carente de um governo sério. Denunciamos há poucos dias, desta tribuna, a incompetência de um Secretário de Estado. Denunciamos e denunciaremos sempre em que a população de nosso Estado e de nossa região for preterida por aqueles que têm obrigação de atendê-la.

Fizemos uma denúncia com relação à Secretaria de Saúde do Estado do Paraná porque o Município de Turvo, após o pri-

meiro prefeito ter assumido, o primeiro prefeito, há mais de um ano, não tinha ainda um Posto de Saúde para atender àquela população carente, e o fizemos não porque temos alguma coisa contra o Secretário de Saúde, mas, porque achamos que nossa obrigação é zelar por aqueles que em nós confiaram nas últimas eleições. E voltaremos sempre a esta tribuna, para denunciar irregularidades que porventura venham a existir dentro do Governo do Paraná.

No entanto, existem órgãos no governo do Estado do Paraná que estão se destacando pela competência daqueles que o dirigem, e entre esses órgãos vamos destacar nesta oportunidade a COPASA.

Realmente, temos a presidi-la um elemento de competência inegável, o Dr. Walter Donini, que vem dando à COPASA um desenvolvimento que o povo do Paraná e o Paraná sempre esperam daquela companhia.

O Sr. Ervin Bonkoski - Vossa Excelência me concede um aparte? (**Assentimento**)

Dentro do início do seu discurso, abordando dois aspectos: o de crítica e o de exaltação.

E eu me coloco entre os dois: primeiramente a Secretaria de Saúde, nós que temos, como Deputados a obrigação de fiscalizar, de estar junto com aqueles que nos elegeram, procurar sempre o interesse do Estado e da comunidade.

Hoje queremos, infelizmente a contragosto denunciar que a Secretaria de Saúde está invertendo os seus valores. Está colocando na direção dos Distritos Sanitários, enfermeiras em lugar de médicos, e isto nós temos provas em quase todos os Distritos de Curitiba.

Por isso, aguardamos um pronunciamento do Sr. Secretário neste sentido, porque a comunidade está revoltada, porque o corpo médico está revoltado, e é muito grave para o Estado do Paraná.

Por outro lado Vossa Excelência está abordando sobre a COPASA, e nós queremos endossar a pessoa de Walter Donini que está na direção desse órgão com muito brilho, com muito trabalho, com muita dedicação.

Sei que Vossa Excelência vai prosseguir exaltando a sua pessoa, exaltando esta empresa que muito tem dado e muito poderá dar para o Estado do Paraná.

Portanto, por isso que eu disse no seu aparte que me colocava nos dois assuntos; um de crítica severa e outro de exaltação.

Muito obrigado!

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço o brilhante aparte do não menos brilhante Deputado Ervin Bonkoski. Prosseguindo em meu pronunciamento destacaria como trabalho, como meta da COPASA, a construção de uma unidade armazenadora frigorífica que está sendo implantada no Município de Pal-

mas. Terá uma capacidade de sete mil toneladas divididas entre batata-semente e maçã. Numa área de 12.000 m², com uma capacidade de flexibilidade armazenadora polivalente, se prestando tanto a uma, como a outra cultura, que se situa hoje na casa de 2.500 toneladas para maçã e 4.500 toneladas para a batata-semente. Eu concedo aparte ao ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Ilustre Deputado, agradecendo o aparte, embora vossa Excelência já tenha entrado em outro tema do seu pronunciamento, mas eu desejava, ainda, na primeira parte de seu pronunciamento, onde fala do Secretário da Saúde, gostaria de dizer que o boneco de pano, ou a boneca de louça tão moça que enfeita a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná tem sido, realmente, uma das maiores tristezas do Governo Peemedebista que se instalou no Paraná, pela glória e vontade soberana do povo soberano deste Estado.

O Secretário de Saúde entristece ao PMDB e pior do que o PMDB, entristece o povo do Paraná que precisa de uma Secretaria de Saúde dirigida por um homem competente e capaz. Infelizmente este cidadão tem colocado em dificuldades o próprio governo do Governador José Richa; porque o seu trabalho e a sua postura não se conduzem com as posturas que nós conhecemos, dos homens públicos que já engrandeceram aquela Secretaria de Saúde e que engrandecem o Estado do Paraná ocupando outros cargos em outras Secretarias. O Paraná é berço de homens públicos decentes e respeitosos, e o que nós temos visto, e inclusive hoje na imprensa paranaense, o desrespeito deste Secretário até para com colegas nossos deste Parlamento, que não recebe sequer o tratamento da educação caseira que todos nós recebemos nos berços construídos pelos nossos pais.

É com tristeza que aparteio Vossa Excelência Sr. Deputado, para criticar mais uma vez este boneco de pano ou esta boneca de louça tão moça que somente enfeita a Secretaria de Saúde, muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado e passo a palavra ao ilustre deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro - Deputado Artagão, antes de mais nada quero dizer de que confirma mais uma vez a presença de Vossa Excelência na tribuna aquilo que já temos verificado desde o início desta Legislatura, que Vossa Excelência veio a esta Casa para falar aquilo que entende ser de direito, com a coragem e a postura que lhe é peculiar e tanto tem valorizado quem no entendimento de Vossa Excelência tem valor, como tem criticado homens do Governo

a que Vossa Excelência pertence.

Na parte de elogios efeito à CAFE DO PARANÁ, eu não conhecendo o assunto, em o seu Diretor, mas conhecendo Vossa Excelência posso ficar tranqüilo, porque se na verdade Vossa Excelência elogia merece.

Na parte de críticas, e, especialmente, agora ao Secretário da Saúde, eu quero dizer e registrar também de que fico satisfeito por perceber de que homens que compõem o governo, como Vossa Excelência e os Deputados que usaram de aparte, denunciando fatos de incompetência administrativa, de falta de compostura para com o povo do Paraná, de falta de seriedade dos atos do Secretário da Saúde, porque se esta crítica partisse da minha bancada ou de homens que hoje fazem oposição neste Estado, talvez não tivesse valor junto à opinião pública que o fato merece. Mas quando Deputados do Governo usam da palavra ou ocupam da tribuna para denunciar fatos desta natureza, há necessidade de que o Governo, através do Governador do Estado, tome ciência desses fatos e avalie o trabalho e a conduta do Secretário da Saúde e de outros Secretários que têm aqui sido denunciados, porque eu repito o que eu disse na tribuna, esta Casa é a caixa de ressonância do povo, e se os próprios Deputados do Governo denunciam fatos e mostram verdades de incompetência administrativa em determinados setores, há necessidade urgente de que esses setores sejam revistos e sejam adequados com a necessidade paranaense.

Muito obrigado do aparte.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Augusto Carneiro.

Prosseguindo em meu pronunciamento, há que ressaltar que Palmas é o santuário da batata-semente do Brasil, por ser a única endeme bacteriana - doença depreciativa desta cultura. O volume desse tubérculo será gradativamente reduzido até 1987, 1988, com a equivalente substituição da semente básica nacional, o que significa uma economia de divisas na ordem de seis milhões de dólares.

A capacidade armazenadora paranaense, na atualidade, é da ordem de cem toneladas, razão pela qual a batata aqui produzida vai a São Paulo e a Santa Catarina, a fim de ser estocada, retornando na época do plantio, ocasionando um fenômeno interessante denominado "passeio da batata-semente".

Os poucos armazéns aqui existentes estão muito aquém das condições ideais. É mister, portanto, a construção urgente de unidades armazenadoras para se evitar a evasão da produção, evasão de capital, e, a este mecanismo que consideramos irracional é que se denomina "passeio da batata-

-semente".

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pois não prezado líder Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência aborda o tema da construção de uma unidade armazenadora-frio na cidade de Palmas com muita propriedade. Na verdade, o Estado do Paraná com um clima e grande parte do seu território propício não só à produção de batatas, mas principalmente de maçãs - por sinal a região de Guarapuava de onde Vossa Excelência é oriundo, uma das que mais se tem destacado na produtividade deste alimento tão importante e de que o Brasil ainda tem dependência de importação, nós acreditamos de que realmente andou certo o Governo ao designar ou a destinar em Palmas esta primeira unidade armazenadora-frio. E quando Vossa Excelência afirma de que é necessário parar o "passeio da batata" é porque na verdade nos ressentimos no Paraná de que a falta de sementes adequadas e as longas distâncias que elas devem percorrer por falta exclusiva de armazenagem, tem impedido do nosso Estado se afirmar como um dos grandes produtores de produção nacional. Vossa Excelência mesmo representa regiões de grande produtividade, como é o caso de Irati, de Mallet, de outras e acredito que Vossa Excelência tem realmente autoridade para falar sobre este assunto.

Mas o importante, nobre Deputado, que quero vincular ao pronunciamento que Vossa Excelência faz, é que na condição de representante de Palmas sinto, na realidade, a grande euforia que o setor principalmente macieiro teve com a construção desta unidade armazenadora que vai garantir, na verdade, o grande deslançamento de uma produção intensiva na região de Palmas. Na verdade os produtores nesta safra, já em que é uma das primeiras a ter uma produção relativamente grande, se ressentem de uma falta de armazenagem, principalmente para poderem comercializar o seu produto com melhores condições.

Acredito que a destinação a Palmas, como a primeira unidade, já que estão nos planos da COPASA o estabelecimento de outras unidades e, com certeza elas serão no Município de Guarapuava, que há hoje o maior produtor do Estado, acredito que foi um incentivo aos pequenos produtores que estão, em grande número, acreditando nesta nova frente de produção pranaense. Isto vai fazer com que o nosso Estado contribua ainda mais para gerar riquezas tão importantes como estas, que nós ainda, lamentavelmente, dependemos de importação.

Congratulo-me com Vossa Excelência por abordar este tema numa hora tão oportuna, de um assunto que deveria há muito tempo

ter sido resolvido no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Agradeço o aparte do ilustre líder e solicito ao Presidente que seu aparte seja inserido em nosso pronunciamento.

Na realidade, isto significa que quando temos vontade de trabalhar, temos vontade de realizar, nós superamos as dificuldades. Como é o caso da COPASA, Secretaria de Agricultura e por determinação do nosso Governador José Richa, foi possível esta unidade armazenadora de Palmas ser uma realidade.

O custo de uma unidade nos moldes de Palmas implica num investimento orçado em 3,4 bilhões de cruzeiros. Custo este que não representa muito, se considerarmos os custos que implicam o armazenamento da batata-semente em outros Estados da Nação.

O Paraná é hoje o terceiro produtor nacional, com 8% do montante. Índice pouco satisfatório mas que certamente crescerá, se ampliada a capacidade de frigorificação, que hoje se situa na faixa de sete mil toneladas e que sofrerá um aumento com a implantação de uma unidade em Curitiba e região metropolitana, maior produtora de batata-consumo do Estado e de melhor qualidade.

No entanto devemos olhar com carinho para outras culturas que vêm tomando um ritmo de desenvolvimento acelerado nos últimos anos. Entre estes podemos citar a maçã, que, no início nos anos 70, o paranaense, em particular, começou a olhar com maior simpatia para esta cultura. Pois o clima sulino, perfeitamente adaptável a este tipo de cultura fizeram ver aos agricultores órgãos vinculados às lides agrícolas e novos investidores, que o cultivo de maçãs seria uma boa ação, pois importávamos cerca de trinta milhões de dólares num total de 120.000 toneladas, enquanto a nossa produção perfazia apenas 30.000 toneladas, em outras palavras, dependíamos da importação do produto para consumo, aí a razão para se implantar o programa de fruticultura.

Passamos de 200 ha em 74 de pomares, para 3.200 ha em 80 com 20% da área nacional, apesar do crescimento rápido e das bens sucedidas iniciativas de produção, a expansão desta cultura no País carece de uma melhor orientação e de um direcionamento setorial que defina um rumo para um crescimento seguro e bem organizado.

O Paraná em 1980 produzia 8,3 do total nacional, sendo o seu cultivo realizado por 572 produtores dos quais a grande maioria, pequenos e médios que implantaram seus pomares com recursos próprios e recursos bancários normais, contando na maioria dos casos com assistência da ACARPA, EMATER-Paraná.

Das principais produtoras do Estado podemos destacar Guarapuava com 45%, Palmas 19%, Lapa, Palmeira e Porto Amazonas 15%, Araucária, Campo Largo, Mandirituba, São José dos Pinhais 11%, Teixeira Soares, Imbituva, Irati e Rio Azul 10%.

Existem ainda outras regiões que não produzem ainda em escala significativa. A produtividade ainda é pequena; cerca de 2.440 quilos por hectare, isto porque os pomares existentes instalados só agora que começam a produzir com mais intensidade. Os dados que possuímos são de 80, no que se infere este número ser noje mais significativo.

Concedo o aparte ao ilustre líder do PDS, eminente Deputado Luiz Alberto Martins Oliveira.

O Sr. **Luiz Alberto Oliveira** - Agradeço Vossa Excelência, a bondade ao adjetivar esta Liderança.

Quero congratular-me com Vossa Excelência pelos dois assuntos que aborda no seu denso pronunciamento desta tarde.

Em primeiro lugar Vossa Excelência faz reparos à ação administrativa do atual Secretário do Estado da Saúde Pública; Vossa Excelência ao encaminhar as reivindicações legítimas da sua gente como representante autêntico de parcela do eleitorado paranaense deve ser respeitado como um homem que chegou a esta Casa com milhares de votos e tem mais do que o direito de pedir, tem o dever de exigir atuação permanente dos órgãos públicos nas regiões que representa na Assembléia Legislativa.

A par da colocação feita por Vossa Excelência, igualmente o Deputado Ervin Bonkoski faz graves reparos à atuação do Secretário da Saúde, isto, tanto o posicionamento de Vossa Excelência quanto o posicionamento do Deputado Ervin Bonkoski comprovam as graves denúncias que apresentamos desde o início da atual Legislatura com relação ao favoritismo e ao clientelismo imposto no Paraná pelo Governo José Richa na área da Secretaria da Saúde; não é possível que uma administração vá bem quando se exoneram se demitem centenas de médicos, alguns com cursos de especialização na área da Saúde Pública e em seu lugar se colocam apaniguados políticos.

Vossa Excelência como representante popular, como homem que deve explicação somente à sua consciência, ao seu eleitorado, honra esta Casa ao fazer tais colocações e engrandece o nome da sua tradicional família política no Paraná.

Por outro lado, quero também me congratular com Vossa Excelência, e com o Governo José Richa, na conquista do armazém frigorífico para Palmas. Sabe Vossa Excelência que discorre com profundidade sobre o assunto, que tal armazém frigorífico é velha e justa aspiração dos agricultores e

dos fruticultores palmenses. Tal projeto elaborado ainda no governo passado, dependia da viabilização de recursos que até questiono a Vossa Excelência; não sei se esses recursos foram alocados somente das dotações orçamentárias do Governo do Estado, ou se o Governo do Estado conseguiu o financiamento pleiteado junto ao BRDE, ou a outra instituição de crédito nacional. De vez que me recordo ainda, no ano de 1982, que tal projeto havia sido encaminhado ao Ministério da Agricultura, para verificar a compatibilidade da produção, tanto de semente de batata, quanto de maçã, para que pudesse enfim começar a se transformar em realidade, o frigorífico de Palmas. De qualquer sorte o aparte é para congratular-me com a corajosa posição de Vossa Excelência, quando denuncia equívocos governamentais; e aplaudir a Vossa Excelência, quando afirma que Palmas conquistará o seu velho e justo sonho.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira e respondo que pelo conhecimento que eu tenho, esta unidade armazenadora está sendo construída unicamente com verba do Governo do Estado do Paraná; que até o presente momento, nenhum financiamento ainda foi conseguido para a construção dessa unidade.

E quero responder também ao ilustre Deputado, dizendo que se venho à tribuna desta Casa, denunciar irregularidades, eu não venho com a intenção de tecer críticas ao Governador e nem ao Governo do Estado do Paraná. Mas sim com intenção de resolver de fato os problemas que afligem a minha região.

E eu tenho certeza que o Sr. Secretário de Saúde ouvirá este nosso apelo, reiterado e municiará o mais breve possível, o Município de Turvo, de seu Posto de Saúde, tão almejado pela sua população.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Esta a Presidência consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é dedicado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Por quinze minutos usará da palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Agradeço à Liderança de meu partido por conceder-me mais quinze minutos. Eu procurei concluir, então, o meu pronunciamento que não foi possível no horário do Grande Expediente. Como eu afirmava, existem entraves

ainda ligados à área da pesquisa, crédito rural, conservação de produção, comercialização, produção de mudas fiscalizadas e assistência técnica. (Lê):

"Pela dimensão e importância que assume a cultura, a pesquisa não tem acompanhado o mesmo ritmo de crescimento.

Aspectos relacionados à adaptação de cultivares, porta-enxertos, fitossanidade, nutrição e práticas de cultura, são itens ainda carentes de informação mais vigorosa.

No que tange ao crédito rural existe carência e inconstância de recursos, mormente para investimento, quais sejam implantação de pomares e dotação de infraestrutura.

Os juros são demasiado altos, os prazos carenciais e de reembolso são muito curtos, existe ainda atraso na contratação e na liberação dos financiamentos.

No Estado existe uma capacidade instalada de armazenamento de apenas 1.090 t, montada basicamente a nível de propriedade, insuficiente para armazenar a safra 83/84, que é seis vezes superior à capacidade atual de armazenamento.

O aspecto referente à comercialização constata falhas no tocante à informação de mercado, canais de infraestrutura de comercialização; coincidência da safra nacional com a importação desta pomácea; padronização de frutos e de embalagens.

Os objetivos a que se propõe o programa no Estado são:

a) assegurar o escoamento e comercialização do produto, ampliando sua presença no mercado em volume e época;

b) manutenção e oferecimento de fonte de renda alternativa para o produtor;

c) fixação do homem rural ao campo, evitando o aumento do êxodo rural, através de uma absorção maior de mão-de-obra;

d) redução de dependência externa no abastecimento estadual e ampliação dos canais de comercialização a nível nacional;

e) melhoria da saúde da população, através do consumo vitamínico e de sais minerais, aumentando o consumo "per capita" da fruta, quer "in natura", quer sob a forma de subproduto.

Produção e Capacidade Estática de Frigoconservação na região de Guarapuava.

A nível de Estado, somos hoje o quarto produtor nacional, e num futuro próximo, atingirá a persistir o atual crescimento, patamares consideráveis.

Para que se efetive esta situação faz-se necessário o cultivo adequado e em região mais apropriada; no Estado, se destaca a região dos campos de Guarapuava, no terceiro planalto, responsável por 45% da produção do Estado; com trinta e oito produtores distribuídos numa área de 1.200 ha, que só neste 1984, colheram a expres-

siva quantia de 8.000 t.

Os principais produtores são: MANASA, PERDIGÃO, CANADIAN e MIYASAKI.

As variedades mais freqüentes perfazendo 90% da produção são: Gala, 40% ciclo varietal mediano; Fuji, 30% ciclo varietal tardio; Grupo Golden, 20% ciclo varietal mediano. Estes cultivares sob condições normais de desenvolvimento de cultura e de colheita, adaptam-se perfeitamente à estocagem em ambientes artificiais, podendo permanecer em câmaras frias sob ótimas condições de umidades relativa e temperatura por um período de seis/sete meses.

A previsão de produção em pomares de maçã na região, baseia-se no fato de que o aumento da área cultivada (prevista) e mais a entrada na produção de pomares recentemente implantados em suas fases produtivas mais vigorosas e persistindo a atual evolução em no máximo cinco safras, estaremos produzindo a considerável cifra de 40.000 t, mais que toda a produção nacional no início da década, para melhor se aquilatar o potencial da região.

A despeito de todo este clima existe um entravo vivenciado por grandes e pequenos pomicultores, relacionado à conservação e sua conseqüente comercialização.

Existe um déficit tanto do Estado 6.600 t, quanto do Município 2.700 t, em termos de capacidade estática de frigoconservação.

O que se deve refletir é o seguinte: esses números necessariamente sofrerão uma elevação gradual, com resultados econômicos altamente desfavoráveis à pomicultura paranaense e mesmo nacional, caso não seja brevemente ampliada a capacidade frigoconservadora do Estado.

É necessário que os homens que compõem o Governo, tanto Estadual como Federal, olhem com carinho para essa necessidade urgente do Paraná, e principalmente da região de Guarapuava.

Faz-se mister, que seja instalado com a máxima urgência uma câmara frigorífica na região, para que nossos produtores tenham condições de conservar os seus produtos estocados na época da safra, conseguindo assim, obter melhores preços na entressafra.

Seria interessante esclarecer que no início dos anos 80, a produção de pomáceas experimentou um impulso bem maior, isto porque houve uma maior aceitação e também incrementou-se a produção dos pomares instalados e a capacidade armazenadora manteve-se estabilizada, razão principal de correremos o risco de perdermos grandes contingentes do produto na época de comercialização.

Por isso, a nossa insistência em dotar urgentemente o Estado de uma capacidade de frigoconservação à altura das expectativas

reais de produção.

Este aumento considerável da produção, que diga-se de passagem é muito alvissareiro, traduz numericamente a importância de se viabilizar uma infra-estrutura, para que se tenham estoques reguladores destes frutos, para não ficarmos à mercê da oferta e da procura.

Em 1979 importamos 101,9 milhões de dólares em maçãs. Ano passado conseguimos reduzir este montante à ordem de 37 pontos percentuais, isto em apenas cinco anos, do que concluímos que muito breve seremos auto-suficientes no abastecimento doméstico de maçãs. Mas, para que esta realidade se aproxime com mais intensidade faz-se mister que os entravos técnicos, burocráticos e financeiros sejam diremidos, pois em assim acontecendo estaremos fortalecendo a economia, protegendo os mais lidimos interesses evitando o êxodo rural, criando mais empregos e oportunidades para novos investimentos que são a pedra de toque para o reaquecimento de qualquer economia, que procure o caminho da estabilidade.

Se traçarmos parâmetros entre o consumo e a produção, iremos verificar que no final de 1980 produzíamos apenas 15% do consumo e hoje produzimos 85% do consumo, o que sugere uma performance muito boa; pois de importadores, passamos quase à auto-suficiência, deixando de fazer parte do rol dos problemas econômicos para se constituir em solução, buscada e lapidada na jornada diária das comunidades que acreditam na terra e no seu potencial.

Razões temos de sobra para estarmos otimistas, pois contra fatos, inexistem argumentos e a matemática mostra de forma clara e inquestionável o retrato sem retoques de uma realidade auspiciosa construída a despeito de tantas adversidades.

As situações, sejam quais forem, devem ser revertidas, e se envidar os mais ingentes esforços na consecução destes misters, principalmente por parte dos agentes da coisa pública, cuja premissa basilar é a melhoria de condições de vida e de oportunidades iguais e extensivas à generalidade dos indivíduos.

Precisamos dotar o Paraná de mais câmaras frigoconservadoras, pois se somos eminentemente agrícolas, devemos ao menos possuir estrutura para cumprir os objetivos a nós referentes.

Se investirmos na terra, retorno haverá, pois em se plantando tudo prosperará, basta querer objetiva e conscientemente."

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE: Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do horário restante. Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do

horário que lhe é destinado.

O Sr. Gilberto Carvalho - Fará o Deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Resolução conjunta INPS/INAMPS/IA-PAS, de n.º 47, de 1.º de abril de 1982, e que completou, agora, dois anos de vigência, estabelece e confere aos responsáveis legais pelas firmas representantes da Previdência Social, no País, as atribuições que lhes são determinadas.

Esta Resolução define tais atribuições desde as de caráter geral, como representar os Institutos de Previdência junto às autoridades locais, prestar informações aos beneficiários; receber, instruir e encaminhar documentos; manter atualizado os serviços, arquivos e fichários, além de outros, até os de caráter específico.

Quanto a estes últimos, os de caráter específico, são definidos conforme compõem.

Primeiro - A linha de benefícios e serviços previdenciários.

Segundo - A linha de assistência médica.

Terceiro e último - a linha de arrecadação e fiscalização, tanto no que diz respeito à área urbana quanto à que se refere à área rural.

Aí, portanto, constituindo uma diversidade imensa de atividades pela própria natureza dos serviços prestados.

Estas representações da Previdência Social, como é o caso, por exemplo, do FUNRURAL tem por finalidade, realizar a intermediação entre a agência e a clientela previdenciária, e de atuar em nome do INPS, do INAMPS e do IAPAS, junto às autoridades locais. A representação da Previdência Social deste País é exercida por representantes, na pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade civil, prestadora de serviços, contratada para atuar numa microrregião, em cuja sede deverá ser localizada. De maneira mais simples, através de contrato, o representante, pessoa de direito privado, com personalidade jurídica assume os encargos, assume o compromisso de representar e de atender os interesses da Previdência Social nas diferentes localidades que estiverem sob sua ação jurisdicional.

O representante da Previdência Social desenvolve importante papel junto à clientela previdenciária, visto que, os serviços da previdência são colocados mais próximos da mesma, facilitando desta forma a concessão dos benefícios pretendidos.

De outra parte, o representante é muito importante também para as instituições, pois representa economia de recursos na prestação desses mesmos serviços, uma vez que substitui a estrutura formal própria dos Institutos, e que seria com certeza, muito mais onerosa.

Vale destacar, que o representante da Previdência Social, ao conceder e ao intermediar os benefícios e prestar todos os serviços, tem a mesma responsabilidade, ou mais ainda, que as ações desenvolvidas em uma agência da Previdência, visto sua atuação na comunidade como agente catalizador dos problemas sociais.

Estabelece ainda a referida resolução conjunta dos institutos previdenciários, quanto à remuneração das representações da Previdência Social, que são classificadas em grupos diferenciados, conforme critério que tem por base, a população da sede, e segundo atenda a clientela urbana e, ou rural.

O anexo dos que compõe a citada resolução da Previdência Social coloca em grupos os representantes, grupos esses que vão de um a cinco, conforme o índice populacional da área assistida. Para que se tenha uma idéia, os municípios cuja população total chega à casa dos cinco mil habitantes, recebe o representante da Previdência Social por todos esses compromissos assumidos mediante contrato, os institutos da Previdência, apenas CR\$ 85.000,00.

A partir daí, os demais grupos respectivamente.

Segundo grupo, CR\$ 125.000,00 para uma região cuja população está na casa dos 5.000 a 10.000 habitantes.

O terceiro grupo, uma remuneração de apenas CR\$ 160.000,00 conforme a população assistida esteja na casa dos 10.000 a 20.000 habitantes.

Grupo quatro, são CR\$ 195.000,00 de remuneração, para uma população de 20.000 a 35.000 habitantes.

E finalmente, o quinto grupo, o maior, o mais expressivo, recebe CR\$ 250.000,00 para responder por todos estes encargos, em cuja população, acima dos 35.000 habitantes, atingindo as mais diferentes expressões numéricas para perceberem salários realmente incompatíveis com a dimensão da função que desempenhou. É preciso dizer que cabe ao representante da Previdência Social as despesas de manutenção da representação, como por exemplo: aluguel de imóvel, salários, encargos sociais, taxas de luz, água e telefone, limpeza e conservação, correio etc.

Para que se tenha uma idéia, até outubro de 1983, uma Representação com um empregado tinha um custo operacional de CR\$ 90.000,00 para uma remuneração mensal de apenas CR\$ 104.128,00 que representava

2,9 salários mínimos. É de salientar que em 1972, ou seja, há dez anos da vigência da presente Resolução n.º 47/83, dos Institutos da Previdência Social deste País, a remuneração mensal de um Representante era equivalente a 5,5 salário mínimos da época.

Decorridos 12 meses do último reajuste, foi aprovado uma tabela de remuneração, que para o Grupo III, que acabamos de descrever, que representa o maior número de representações, foi fixada, como já dissemos, em CR\$ 160.000,00 mensais, ou seja, 2,8 salários mínimos.

Considerando, portanto, Senhor Presidente que a correção média de reajuste foi de 54,24 para uma inflação de aproximadamente 180% àquela época, vemos o não acompanhamento da realidade. É de se notar também que os encargos sofrem reajustes semestrais ao passo que é um absurdo a remuneração de um representante da Previdência Social continua ainda sendo anual, evidenciando desta maneira, não haver compatibilidade entre a responsabilidade, a importância do seu trabalho e o valor da remuneração.

Esta situação tem gerado, ressalvadas exceções, que a baixa remuneração induz a uma seleção precária, ensejando os Representantes da Previdência Social à baixa produção.

Estas informações, Senhor Presidente, Senhores Deputados, retratam as condições em que se encontravam as Representações da Previdência Social no que concerne aos serviços administrativos e burocráticos que cabem cumprir, conforme os compromissos assumidos mediante contrato firmado com os Institutos Previdenciários, face aos últimos reajustes de remuneração, ocorridos em 01.07.83, e até hoje, ainda, em vigor.

Esse quadro ora apresentado, é o resultado de relatório a respeito da situação dessas Representações, levantado pela própria Superintendência Regional no Paraná do Instituto Nacional de Previdência Social, sob a orientação do Senhor Superintendente Roberto Correia Alves, no sentido de mostrar às autoridades competentes na esfera federal, da necessidade de uma pronta revisão nas condições estabelecidas aos representantes da Previdência Social, que se encontram em situação de absoluta insolvência.

A verdade é que, a prevalecer as atuais condições contratuais estabelecidas pelos Institutos às Representações da Previdência Social nas microrregiões nos Estados, não só tornar-se-ão inviáveis quanto aos representantes honrarem os compromissos assumidos, como recorrerão aos Institutos solicitando a suspensão dos contratos ora em vigor.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muitos são os casos de Representações da Previdência Social que, face ao aumento de taxas, tarifas e preços dos serviços públicos em geral, e do próprio processo incontornável, vêm encaminhando à Superintendência do INPS pedidos de suspensão de seus contratos, não havendo mais condições de suportarem a intermediação entre a agência competente e a clientela previdenciária e de atuarem em nome dos Institutos de previdência junto às autoridades locais. Para que se tenha uma idéia, até o presente momento, deram entrada na Superintendência do INPS nesta Capital cerca de dezesseis solicitações de Representantes da Previdência pedindo a suspensão imediata do contrato firmado entre as respectivas partes.

A prevalecer essa posição das rendas públicas, crescendo além do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, enquanto as demais rendas da economia permanecerem tabeladas abaixo do referido índice, não haverá como evitar que se generalize as solicitações de suspensão de contratos de parte dos prestadores de serviços da Previdência Social.

Este é um exemplo evidente de desequilíbrio em favor do Estado e em detrimento da sociedade em geral. Não é possível admitir-se a adoção de dois pesos e de duas medidas, que no caso em questão, vem em detrimento dessa expressiva parte, dessa significativa parte da infra-estrutura indireta ou complementar da Previdência Social do País.

Se essas medidas não forem rapidamente revistas e alteradas, no sentido de viabilizarem a prestação de serviços à previdência através das Representações, um colapso poderá prejudicar ainda mais a imagem dos Institutos Previdenciários, quanto ao atendimento à clientela previdenciária.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Se isso vier a ocorrer, a Previdência Social, envolvida na crise orçamentária e financeira que historicamente lhe aflige, não terá como atender as necessidades resultantes dessa paralização através dos quadros próprios de funcionários. Somente no Estado do Paraná, para que se tenha uma visão em que isto importará, as Representações da Previdência Social, em número de trezentos e dezesseis unidades, acham-se distribuídas ao longo de todo o território paranaense, exceção feita apenas à Capital do Estado e à Cidade de Londrina no Norte do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é necessário, é indispensável mesmo que as autoridades federais, da área previdenciária sejam acionadas no sentido de imediata revisão das condições de trabalho dessas Representações da Previdência

Social, em especial no que diz respeito à remuneração e aos critérios cálculo bem como o prazo de vigência das correções dessas remunerações.

Assim sendo, solicito a ambas as bancadas com assento nesta Casa que enviemos manifestação ao Senhor Ministro da Previdência Social, denunciando essas preocupações que afligem no momento as Representações da Previdência Social, bem como, Senhor Presidente, Senhores Deputados, solicitar de Sua Excelência, o Senhor Ministro Jarbas Passarinho para que, tomando posição quanto ao fato ora relatado, comunique desde logo os interessados, contribuindo com isto para alentá-los quanto à solução pretendida, restabelecendo assim a importância deste serviço previdenciário e restituindo o entusiasmo inicial, quando se credenciaram a cumprir este papel complementar aos Institutos de Previdência no Brasil.

Finalmente queremos que esta nossa manifestação seja levada, seja dando ciência da referida pretensão, às Bancadas Federais do Paraná, na Câmara dos Deputados em Brasília, pedindo a intervenção das mesmas, no sentido de buscarem juntas as soluções ora desejadas, pelo muito que significarão em favor da melhor operacionalização dos serviços da Previdência Social no âmbito dos Estados.

Apenas a título de subsídio, fomos à uma determinada Representação Social que assiste a uma região, cuja cidade-sede possui mais de 250.000 habitantes e que nos deu um quadro realmente desagradável, desconfortável, no aspecto das condições de trabalho e, em particular, da situação financeira da referida Representação. Para que se tenha uma idéia, em valores contábeis, recolhidos no mês de fevereiro próximo passado, temos a situação desta unidade e que de certa forma reflete, com muita fidelidade, o quadro geral das representações no Paraná e, por certo, no Brasil.

No mês de setembro, para uma despesa de Cr\$231.000,00 representados por ordenados e salários, encargos sociais, férias e 13º salário, material de expediente, consertos e reparos de máquinas, água e luz, material de limpeza, funcionários de limpeza, aluguel de representações, INPS, patronal, depreciação do imobilizado, despesas diversas, associação, mensalidades, atingiu a casa deste valor, Cr\$231.000,00. Recebendo, o agente representante credenciado mediante contrato, apenas Cr\$..... 195.000,00 tendo um déficit, no mês em questão, na ordem de Cr\$ 36.330,00.

Para que se tenha uma visão mais por menorizada, com maior extensão do que significa este trabalho da referida representação, temos aqui: esta representação atende 2.842 beneficiários. Atua, na parte

de arrecadação para o IAPAS, junto ao empregador rural, atendendo em seu balcão a média de cinquenta interessadas por dia.

Este é um retrato que me parece fidedigno da situação nacional em que se encontram as representações da Previdência Social. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta a Liderança do PDS se fará uso do restante do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Usará o restante do horário o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao apresentar requerimento de constituição de uma comissão especial para estudar e analisar o problema do cancro cítrico no Estado do Paraná, gostaria que Vossa Excelência considerasse o discurso que devo proferir como justificativa da posição.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Por diversas vezes, ocupei esta tribuna alertando para a necessidade de medidas eficazes para equacionar o problema do CANCRO CÍTRICO, que tantos prejuízos acarretam à economia estadual, com grave repercussão social. Não são mais possível protelações e tibiezas no enfreamento deste grande mal. Há vinte anos aproximadamente, se propõe e se intentam medidas, mas o fato é que resultados positivos e concretos quase não existem.

Constatada a existência do cancro cítrico em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, no ano de 1957, somente em 1962 decidiu o Ministério da Agricultura empreender o seu combate no Paraná. Dez anos depois, a responsabilidade da execução da campanha era transferida para a Secretaria da Agricultura, quando o Estado já tinha vasta área de seu território, abrangendo cento e oitenta e um municípios, interdita para o plantio, transporte e comercialização dos frutos cítricos.

Em 1974, tendo em vista as proporções assumidas, o Presidente da República instituiu a Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico-CANEC, visando uma mobilização geral de combate à doença.

Em 1975, eu denunciava as falhas da campanha e dos trabalhos que estavam sendo realizados, particularmente à falta de inspeção e reinspeção às rebrotas.

Novamente, em 1979, verificando a persistência da ineficácia da campanha, propus a revogação da Portaria n. 8, do Ministério da Agricultura e a liberação para

o plantio e formação de pomares e canteiros de variedades cítricas em todo o Estado. Propunha, também, que a Secretaria da Agricultura ativasse e estimulasse por todos os meios a realização de projetos, estudos e pesquisas com vistas a encontrar fórmulas e meios capazes de promover o efetivo controle e combate ao agente causador do cancro cítrico.

Ainda, em novembro de 1979, este parlamentar encaminhava ao governador de então, apelo subscrito por quase a totalidade dos então integrantes deste Poder, no sentido de ser suspensa a erradicação e a adoção de medidas correlatas de combate ao cancro cítrico, até que se obtivesse forma realmente capaz e eficiente de eliminação da doença.

Esses, Senhores Deputados, são os capítulos de uma longa novela que não se finda nunca. São duas décadas de tentativas, tímidas tentativas, na verdade, sem qualquer solução.

Nova tentativa foi feita em 1980, quando, em abril daquele ano, a Secretaria Nacional de Defesa Vegetal baixava Resolução n.º 1 alterando dispositivo de interdição e de erradicação. Pela nova portaria, no caso de constatação de planta contaminada, a erradicação somente ocorreria em plantas localizadas num raio de 200 a 1000 metros, tanto para os pomares ditos comerciais, como para os considerados domésticos (fundo de quintal), obrigando, ainda, os proprietários dos pomares atingidos a executarem as atividades de eliminação de rebrotas e de proteção dos respectivos pomares contra a recontaminação.

Um registro que elucida o desalento dos resultados obtidos é, sem dúvida, o fato de persistir a interdição pela portaria n. 8, de 1972, do Ministério da Agricultura abrangendo cento e oitenta e um municípios atingidos pela doença, representando uma área de mais de dez milhões de hectares, ou seja, mais da metade do território estadual, ocorrendo, apenas em 1981 e 1982 a liberação de somente doze daqueles municípios, todos da região norte pioneira (Jacarezinho), totalizando uma área de quatrocentos e vinte e sete mil hectares, significando menos de 5% do total da área inicialmente interdita.

A lentidão dos trabalhos, provocada principalmente pela falta de uma política objetiva e realística por parte do governo resultou na parcimônia do êxito da campanha comprometendo sobremaneira o desenvolvimento de uma atividade que poderia se constituir numa opção extremamente favorável em termos de absorção de mão-de-obra e de geração de rendas. Hoje quando a citricultura assume importância fundamental, não é mais possível que o Paraná permaneça de braços cruzados, impedido de aproveitar extensas áreas para o cultivo de novos po-

mares cítricos.

Acredito que esta Assembléia Legislativa, ao criar uma comissão especial para estudo e análise de assunto de tamanha importância, ao seu término, poderá indicar os caminhos para se encontrar a solução mais indicada. Se é ou não possível conviver com a doença; se é ou não necessária a erradicação de todos os pomares interditados; se existe ou não interesses impedindo que o Paraná possa desenvolver essa atividade em escala compatível com suas terras e clima.

Entendo que é o nosso Estado, através dos seus homens mais responsáveis, que deve tomar uma decisão, desatrelada de quaisquer interesses externos. É necessário excluir a abordagem da implicações político-eleitorais, se se pretende realmente fortalecer a citricultura, equacionar de vez este problema que se arrasta por tanto tempo.

Ao conclamar os ilustres Deputados para emprestarem seu apoio à formação da comissão especial ora proposta, reafirmo ser esta uma oportunidade para a Assembléia Legislativa oferecer a sua contribuição, demonstrando que aqui estão em primeiro lugar os interesses do Estado e de sua população".

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para congratular com o trabalho que Vossa Excelência propõe, nesta tarde, especialmente quando Vossa Excelência sugere a criação de uma comissão especial, para analisar problema de tamanha importância para a economia paranaense. Vossa Excelência tem sido verdadeiro batalhador na defesa dos interesses da agricultura do Paraná e especialmente no campo específico do cancro cítrico, é longa a sua batalha e a sua luta em favor dos interesses dos fruticultores paranaenses.

Os meus cumprimentos e a certeza de que a Bancada do PDS uma vez mais está ao seu lado, apoiando e estimulando a Vossa Excelência a permanecer nesta verdadeira cruzada em favor dos interesses do Paraná.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu agradeço ao ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que tem acompanhado de perto, realmente o meu interesse manifestado desta tribuna, por várias oportunidades, sobre um assunto que eu reputo e tenho tido aí o mesmo entendimento da nossa bancada e de alguns ilustres Deputados da bancada do PMDB, que eu repito, um assunto que considero da mais alta importância econômica e social para o Estado do Paraná.

Nesta oportunidade, me permita, Deputado Luiz Alberto Oliveira, cumprimentá-lo

também pela sua eleição como Presidente da Associação de todos os Deputados do PDS, estaduais do Brasil.

Realmente, se Vossa Excelência foi eleito é porque o Brasil em tão pouco tempo já ficou sabendo, particularmente, os companheiros de nossa Bancada de todo o Estado, da inteligência, da capacidade que Vossa Excelência tem para felicidade de todos nós.

O Sr. Gilberto Carvalho - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu queria cumprimentar o nobre Deputado, pelo seu posicionamento e a sua dedicação e preocupação neste setor. Há muitos anos Vossa Excelência tem feito pronunciamentos e tem se preocupado com esta situação no nosso Estado do Paraná.

É válido a sua iniciativa da criação desta Comissão. Mas já propondo desde já, que leve para esta Comissão, um posicionamento. Posicionamento que de forma alguma deverá iniciar a erradicação do cancro cítrico em nosso Estado, da forma como vem sendo feito até agora. Com poucos recursos, que o Governo às vezes desesperado para iniciar este trabalho, inicia e interrompe, às vezes no próprio município, sem concluir e fica no mesmo tamanho.

Desde 1968, quando eu fui Prefeito, já houve erradicação na minha cidade e até hoje não conseguiu uma solução. E eu tenho dito e falei numa reunião na semana passada, no Município de Lunardelli, quando o Deputado Orlando Pessuti levantou a mesma questão, dizendo que o Secretário estava indo a Brasília para tratar deste assunto. Afirmou que a única maneira de se conseguir erradicar de uma vez por todas, será o Governo liberar recursos e proporcionar condições, e um convênio entre os Agricultores e o Governo, e fixar um dia para esta erradicação. E neste convênio o próprio agricultor fazer a erradicação, depois do levantamento feito pela Secretaria da Agricultura. Voltando depois o pessoal da agricultura para verificar a conclusão deste trabalho e a compensação ao agricultor. É a única maneira, é a soma de esforços é que nós chegaremos a uma conclusão. Caso contrário, nós vamos continuar ajudando o Estado de São Paulo a produzir laranjas.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu Agradeço a interferência do Deputado Gilberto e esta Casa sabe que Vossa Excelência acompanha comigo o propósito de uma solução para este grave problema.

Eu não levantei, não declinei aqui números, para deixar que a comissão que será criada certamente, por dois Deputados da bancada do PMDB e um da nossa, para que a comissão traga ao conhecimento do plenário estes números tão importantes.

Por exemplo, um pronunciamento do Governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, há não muito tempo, quando se verificou em determinado município daquele Estado a existência do cancro cítrico, ele disse que cerca de um milhão de paulistas estão vinculados à produção, ao comércio, ao consumo de produtos cítricos.

E também nós não queremos o corte ou não, nós queremos e vamos pedir...

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - A Mesa comunica que seu horário está esgotado. Concede-lhe no entanto, um minuto para concluir.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - O que nós havemos e é de meu entendimento, procurar, esta Casa precisa, é achar uma solução. Porque, não há coisa no Estado de tão pouca inteligência eu entendo. Por parte do Governo, de tantos anos, em não se dar uma solução, criar um caminho.

O que nós não podemos é ficar com cento e oitenta e um municípios no Estado do Paraná, vinte tendo apenas liberação para o plantio na região de Jacarezinho, doze municípios, 5% da área.

Nesse passo nós vamos ficar noventa anos mais ou menos para podermos plantar laranjas.

Muito obrigado. (Sem Revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do Expediente, indicando os Senhores Deputados para ocuparem as Vice-Lideranças do PDS nesta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiado, constante do Expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiado, constante do Expediente. À Diretoria Legislativa.

Mensagem do Senhor Governador do Es-

tado, com referência ao afastamento do País, do Senhor Vice-Governador do Estado, em aditamento ao Ofício n.º 2556/84/CEA/SC., já aprovado por esta Casa. - Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência poderia determinar a leitura do ofício?

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - A Mesa atende Vossa Excelência, muito embora a leitura já tenha sido procedida. Solicito ao Senhor 1.º Secretário que proceda a leitura de inteiro teor da Mensagem.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Lê a Mensagem acima mencionada).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência o obséquio da leitura.

O SR. PRESIDENTE - Está em discussão. Em votação. **APROVADO.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 152/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 95/83), que objetiva doar ao Município de Campo Largo, o edifício localizado na Praça Getúlio Vargas, onde funcionava o antigo Fórum da Comarca, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 157/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dispõe sobre plantação de pinheiro do Paraná ou erva mate, em terras que confrontam com rodovias pavimentadas, e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 172/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede no Município de Terra Boa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 173/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 107/83), que doa Edifícios dos Terminais Rodoviários de Passageiros aos Municípios que especifica. Com parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 176/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a entidade "LAR DE ANANDA", com sede e foro

na cidade de Curitiba, Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 184/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE ÁUDIO-COMUNICAÇÃO INFANTIL - AMPACIM", com sede e foro na cidade de Maringá. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 177/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA LEÃO", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade.

Está em discussão o Projeto e a Emenda.

Está em votação a Emenda Substitutiva. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 180/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina "RODOVIA HEITOR ALENCAR FURTADO", a estrada que liga Paranavaí a Santa Isabel do Ivaí. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 192/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 115/83, ex-Proposição n.º 110/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 8.º Termo Aditivo, de 16/01/82 ao convênio celebrado em 07/10/76, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando dar continuidade aos Serviços de Informações de Mercado Agrícola. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 100/83 (Mensagem n.º 112/83, ex-Proposição n.º 107/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os municípios que especifica, celebrados em 08/05/80, para realização da I Festa do Feijão e em 30/11/82, para a realização da I Exposição Sulamericana de Suínos e VIII EXPOBEL. - **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 129/83. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Rodrigo Cantador de La Cezar Verneck, ocorrido no dia 01 de abril do corrente ano, no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Carlos Alberto Andrade, ocorrido no dia 01 de abril, no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Palmira Scheiffer Portella, ocorrido no dia 01 de abril do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de balizamento noturno do aeroporto do Município de Umuarama. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de rede de água potável na área do Parque Industrial do Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo sejam desenvolvidas vitórias no Grupo Escolar João D'Oliveira Gomes, no Distrito de Farol, Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório da mesma no Município de Moreira Salles. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

do Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a realização de reformas gerais no estádio municipal do Distrito de Luiziana, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo reavaliação do funcionamento da Subdelegacia em IV Centenário, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um mini Posto de Saúde no local denominado Gleba 29, no Município de Querência do Norte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Igreja Seicho-No-Iê do Brasil, pela inauguração da Sede do Núcleo, no Município de Morretes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, solicitando para que, juntamente com o Sr. Governador do Estado, urgencie medidas a fim de que todos os celetistas do nosso Estado possam ter atendimento, através do IPE. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encarecendo urgência no envio do Estatuto da Micro-Empresa ao Congresso Nacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Diretor-Presidente da COPEL, encarecendo o restabelecimento da plena normalidade no fornecimento de energia elétrica ao Município de Corbélia e região. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo informações sobre matérias re-

ferentes àquele estabelecimento bancário.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo o ressarcimento de despesas ocasionadas pela pavimentação de ruas, à Prefeitura Municipal de Corbélia.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo a instalação de rede de água, no Distrito de Penha, no Município de Corbélia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Gazeta do Centro-Oeste", do Município de Campo Mourão, pela passagem do seu segundo aniversário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório da mesma, no Município de Quinta do Sol. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da avenida João Teotônio (uma via), no Município de Moreira Salles. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja formada uma Comissão composta de cinco Parlamentares com o objetivo de acompanharem em Brasília, o desenrolar do processo contra o jornalista Juvêncio Mazzarollo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação de quinta a oitava séries na Escola Sebastião Pinto, na localidade de Nova Riqueza, Município de Santo Antônio do Sudoeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, para que o mesmo determine à Companhia de Financiamento da Produção - C.F.P. do Paraná, no sentido de que sejam prorrogados os vencimentos das parcelas dos EGF's de feijão

preto - safra 83/84, por mais 60 dias.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de três membros, com a finalidade de estudar e apresentar soluções para o problema do câncer cístico em nosso Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Corregedor Geral da Justiça, manifestando cumprimentos da sociedade paranaense, representada por esta Casa, por ter baixado dois provimentos regulamentando o processo de adoção. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 177/83, 180/83, 184/83, 192/83 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 99/83 e 100/83.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.^{os} 101/83, 102/83, 105/83, 106/83.

Levanta-se a sessão.

ATO N.^o 1/84.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 1.^o - O Conselho Superior de Administração é o órgão de apoio da Administração da Assembléia Legislativa, nos termos da Lei n.^o 7.807, de 23 de dezembro de 1983, e do Decreto Legislativo n.^o 52/84, e suas decisões tem força normativa, nos limites da sua competência.

Art. 2.^o - O Conselho Administrativo compõem-se dos funcionários que estejam no exercício dos cargos de:

- I - Diretor Geral;
- II - Diretores;
- III - Coordenador do Conselho Superior de Administração.

Art. 3.^o - O Diretor Geral é o Presidente do Conselho.

Parágrafo Único - Nas suas faltas ou impedimentos eventuais, o presidente será substituído por um dos Diretores na ordem do art. 4.^o, do Decreto Legislativo n.^o 52, alternadamente, e, na falta destes, pelo Conselheiro mais idoso, presente à reunião.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 4.^o - Ao Conselho Superior de Administração, compete:

I - Estudar, recomendar atos e normas da Administração;

II - Opinar sobre assuntos relacionados com a organização e o funcionamento da Assembléia Legislativa;

III - Colaborar com o Diretor Geral no desempenho de suas atribuições;

IV - Apreciar propostas de Instruções, Portarias, e demais atos da Administração da Assembléia Legislativa;

V - Propor projetos de regulamentos especiais, de concursos, de arbitramento e concessão de direitos e vantagens;

VI - Propor à Comissão Executiva, regulamentos de controle de frequências;

VII - Propor homologação de resultados de concursos;

VIII - Propor a substituição dos Diretores e Coordenadores em seus impedimentos que não excedam 60 (sessenta) dias;

IX - Propor a lotação setorial dos diversos órgãos administrativos, sobre a qual deliberará o Diretor Geral;

X - Sugerir ao Diretor Geral a aplicação de penalidades de advertência e suspensão, de acordo com normas vigentes;

XI - Propor a constituição de Grupos de trabalho, necessários ao estabelecimento de medidas de racionalização dos serviços administrativos;

XII - Propor a constituição de Grupos de Trabalho, para a elaboração da proposta orçamentária, anual e para o acompanhamento no âmbito Legislativo, do Orçamento Geral do Estado;

XIII - Opinar sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela Comissão Executiva, Diretoria Geral e Diretores;

XIV - Opinar sobre planos assistenciais aos Servidores da Assembléia, bem como programação de treinamento de Pessoal;

XV - Apreciar as contratações de empresas especializadas para treinamento de pessoal ou racionalização dos serviços administrativos;

XVI - Criar setores, segundo as necessidades das Diretorias e Coordenadorias, os quais não excederão a 80 (oitenta).

CAPÍTULO III

DO PRESIDENTE

Art. 5.^o - Compete ao Presidente do Conselho:

I - designar dia e hora das reuniões ordinárias;

II - convocar reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de um terço dos conselheiros;

III - presidir às reuniões do Conse-

lho nelas mantendo a ordem e solenidade necessária;

IV - fazer ler a ata da reunião anterior, submetê-la a discussão e assina-la, depois de aprovada;

V - dar conhecimento ao Conselho da matéria recebida;

VI - designar relator para as proposições apresentadas;

VII - conceder a palavra ao membro do Conselho que a solicitar;

VIII - interromper o orador que estiver falando sobre o vencido;

IX - submeter a votos as proposições examinadas e proclamar o resultado das votações;

X - conceder vista das proposições aos membros do Conselho ou avocá-las, quando necessário;

XI - assinar os pareceres e convidar os demais membros do Conselho a fazê-lo;

XII - advertir o conselheiro, nos casos previstos neste Regulamento, bem como fazer a comunicação de que trata o Art. 11;

XIII - resolver de acordo com este Regulamento, nas questões de ordem suscitadas.

CAPÍTULO IV DOS CONSELHEIROS

Art.6.º - O Conselheiro será automaticamente investido na função, no ato de sua posse em um dos cargos constantes do Art.2.º.

Art.7.º - O Conselheiro será substituído quando ocorrer a hipótese da exoneração de um dos cargos constantes do Art.2.º.

Art.8.º - É dever do Conselheiro comparecer às reuniões do Conselho, à hora previamente designada, assinando a lista de presença, para os fins de direito.

Parágrafo Único - Cumpre ao conselheiro, ainda emitir parecer sobre as proposições que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art.9.º - Será advertido pelo Presidente o Conselheiro que faltar a mais de três reuniões ordinárias consecutivas, sem justa causa.

Parágrafo Único - Em caso de reincidência, será o fato comunicado por escrito ao 1.º Secretário da Assembléia, a fim de que a Comissão Executiva dele tome conhecimento e adote as providências que julgar cabíveis.

Art.10.º - São direitos dos Conselheiros:

I - tomar parte nas reuniões, oferecer proposições e emendas, requerer, discutir, votar, ser votado para comissões ou encargos diversos;

II - solicitar, por intermédio da pre-

sidência, aos diversos órgãos da Secretaria da Assembléia Legislativa informações que sejam úteis à elaboração de proposições diversas;

III - falar, quando julgar necessário, pedindo previamente a palavra ao Presidente, observadas as disposições regulamentares;

IV - examinar documentos existentes no arquivo do Conselho;

V - receber gratificação pelo comparecimento às reuniões do Conselho.

CAPÍTULO V DO COORDENADOR

Art.1.º - Compete ao Coordenador:

I - redigir a ata das reuniões, procedendo a sua leitura, quando solicitado pelo Presidente;

II - fazer recolher e guardar em boa ordem os papéis e as proposições;

III - providenciar a entrega, aos conselheiros, da súmula das proposições a serem examinadas nas reuniões;

IV - auxiliar o presidente na contagem dos votos;

V - registrar a presença dos conselheiros dando dela conhecimento à Diretoria do Pessoal;

VI - promover a publicação das decisões, súmulas de pareceres e Atos do Conselho;

VII. Tomar outras providências de natureza administrativa que lhe for determinadas pelo Presidente do Conselho.

VIII. Organizar a pauta das reuniões.

TÍTULO II CAPÍTULO II DO REGIME DE TRABALHO

Art.12 - O Conselho reunir-se-á ordinariamente em uma das dependências da Assembléia Legislativa, em dias previamente designados e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou 1/3 dos Conselheiros.

§ 1.º A convocação para a reunião extraordinária será feita através de expediente do Diretor Geral, ou do Coordenador, quando autorizado.

§ 2.º As reuniões ordinárias serão semanais e gratificadas.

Art.13 - As reuniões do Conselho somente comparecerão, além de seus membros, as pessoas expressamente convocadas ou convidadas.

Parágrafo Único. Quando convocadas pessoas estranhas ao Conselho Administrativo, esta somente participará dos debates quando solicitada pelo Presidente, não podendo permanecer no recinto no momento da votação da pauta.

Art.14 Verificada, pelo Presidente, a presença da maioria dos membros do Conse-

lho, será declarada aberta a reunião.

Parágrafo Único. O prazo de tolerância para a abertura da reunião é de quinze minutos.

Art.15. De cada reunião do conselho será lavrada a ata.

Art.16 - Os trabalhos do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- I. leitura, discussão e aprovação e ata;
- II. apresentação de pareceres e proposições;
- III. distribuição de proposições aos relatores;

Parágrafo Único. O Conselho poderá alterar a ordem de seus trabalhos, a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela maioria dos presentes.

Art.17. As proposições enviadas ao Conselho serão protocoladas no ato do recebimento, sendo dadas ao Presidente para distribuição aos relatores.

Parágrafo Único. O registro das proposições no livro de Protocolo far-se-á em numeração contínua.

Art.18. Recebidas as proposições, o Presidente procederá à sua distribuição aos relatores, fixando-lhes prazo para emitirem parecer.

§ 1.º - Tratando-se de proposição que contenha matéria urgente, o Presidente poderá designar o relator, fora da reunião.

§ 2.º. O prazo determinado, para apresentação do parecer poderá ser prorrogado, a requerimento do relator e a critério do Presidente.

§ 3.º. Após a distribuição e a entrega das proposições aos relatores, proceder-se-á à contagem do prazo, desprezado o dia de seu início e computado o de seu término.

§ 4.º. Havendo diligência a ser cumprida, a contagem do prazo terá início no dia seguinte ao do seu cumprimento.

§ 5.º. Se o relator deixar o Conselho ou perder o prazo, poderá o Presidente, se necessário, designar outro relator.

Art.19. O Presidente do Conselho não poderá funcionar como relator.

Art.20. É facultado ao Presidente do Conselho nomear comissões especiais para o exame de proposição que contenha matéria complexa.

Parágrafo Único. No exercício de suas funções, a comissão elegerá seu Presidente, que nomeará um relator para emitir parecer.

Art.21. O parecer, sempre conclusivo, e bem assim as proposições, serão incluídas em Ordem do Dia, para discussão e votação.

Parágrafo Único. A requerimento aprovado pelo Conselho, poderá ser objeto de deliberação proposição ou parecer não incluído na Ordem do Dia.

Art.22. O Presidente terá voto em todas as deliberações do Conselho.

Art.23. Para discussão de pareceres ou de proposições, cada Conselheiro disporá de dez minutos, prorrogáveis por igual prazo, a critério do Presidente, cabendo ao relator o dobro desse prazo.

Art.24. O Conselho deliberará por maioria de voto com a presença de mais da metade de seus membros, comprovada pelas assinaturas na lista de presença.

Parágrafo Único. As votações deverão ser nominais salvo quando, a requerimento, o Conselho decidir pelo escrutínio secreto.

Art.25. Toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, considera-se questão de ordem.

§ 1.º. As questões de ordem, claramente formuladas serão em definitivo resolvidas pelo Presidente do Conselho.

§ 2.º. O prazo para formulação de questão de ordem e de cinco minutos e não poderá ser prorrogado.

§ 3.º. Sobre a mesma questão de ordem somente uma vez poderá falar cada conselheiro.

Art.26. As deliberações, as atas, os atos e as súmulas dos pareceres do Conselho somente produzirão efeito a partir de sua publicação no órgão oficial da Assembleia Legislativa.

§ 1.º. Das decisões proferidas em requerimentos de funcionários será dada ciência por escrito ao Signatário.

§ 2.º. As deliberações, súmulas dos pareceres e as decisões normativas do Conselho serão colecionadas em pastas separadas.

Art.27. As explicações pessoais só poderão ser dadas após esgotadas a pauta aos trabalhos da reunião e constarão de ata, quando formuladas por escritos.

TÍTULO III

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.28. AS alterações deste Regimento somente se farão pelo voto de dois terços do Conselho.

Art.29 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Conselho.

Art.30. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.
Sala do Conselho Superior
de Administração.

Em 11 de abril de 1984.

CLÓVIS STADLER DE SOUZA

ALBERTO CARAZZAI NETO

JOSÉ RENATO DUARTE

ELOY MEZZADRI

CELSO APARECIDO DE CASTRO

ZENO PACIORNIK

EDOUARD ELIAS THOMÉ

MONORINO LUIZ COLLA

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

AIMORÉ OD ROCHA